

A REVISÃO DA HISTÓRIA AMERICANA (*).

Os problemas suscitados pela revisão da História têm produzido grandes inquietações na Argentina, levantando, de início, a voz da oposição. Indivíduos encastelados em seus erros não se rendem ante nenhuma evidência. Os preconceitos transformaram-se em couças e sua vontade, na defesa de velhos conceitos, manifesta-se firme e impenetrável. Esta incompreensão não interessa. A nova História progride nas mentes jovens e, no futuro, mostrará, sem dúvida, tendência para outras direções. E' interessante comprovar como o espírito renovador floresce em outras nações americanas. Nelas, também, a conquista de novos conceitos tropeça na ignorância intolerante e fanática. Fanatismo tradicionalista que crê que tudo quanto traz o sêlo da antigüidade é exato e melhor. Assim, ocorre, freqüentemente, mas não sempre; a perspicácia do historiador independente revela-se, precisamente, em saber quando predominou o errôneo ou o verdadeiro. Verifica-se, hoje, todavia, não mais o interesse pelo excesso de erudição, mas uma preferência pela síntese, pelos conceitos objetivos. À investigação prefere-se a compreensão. O público está hoje mais próximo da História do que quando lhe ofereciam monografias eivadas de citações e apêndices. As histórias noveladas levaram os historiadores a expor opiniões e idéias. Nós, entretanto, não aceitamos, em todos os casos, opiniões que não estejam baseadas em documentação irretorquível. A investigação deve ser sempre completa, definitiva: mas compreendemos, também que a investigação unicamente não é suficiente para explicar a História: faz-se mister saber ler e interpretar os documentos. A interpretação não se faz por si mesma. Eis em que se distingue um historiador de outros historiadores. Diante dos mesmos documentos, um historiador chegará a determinadas conclusões; outros poderão atingir metas diversas. O contraste de opiniões explica-se pela diferença de métodos, idéias e ideais. Urge que se capte o sentido da História. Cada estudioso crê ter fixado o sentido exato e, quantas vezes, não apreendeu, precisamente, o êrro. Os erros de captação devem-se, na maioria dos casos, à deficiência de conhecimentos. Muitos historiadores conservam o sentimento íntimo de satisfação pelo que é sabido e não querem aumentar uma informação com da-

(*) . — Texto espanhol traduzido pelo Lic. Rozendo Sampaio Garcia.

dos que possam constituir inovação. O temor de retificar velhos conceitos torna-se tão agudo em não poucos estudiosos americanos que encaram com antipatia os livros que introduzem transformações revolucionárias. Estão convencidos de que são senhores da verdade e que captaram para sempre o sentido da História ou de suas histórias. Contra estes tradicionalistas, inimigos de qualquer inovação, voltam-se os investigadores que amam apenas a verdade. Começam, portanto, por exigir a prova de fatos precisos e indiscutíveis. O fato concreto permite a dedução historiosófica. A ausência de fatos obriga a deduções lógicas, o que é muito diferente. O lógico pode ser lógico mas nem sempre é histórico, verdadeiro, seguro. Nunca sabemos se o lógico foi realmente o que aconteceu. Entretanto, muitos historiadores guiam-se, em história, pela lógica pura. Foi assim que nasceram tantas concepções que se tornaram corpo e alma da História americana e são simplesmente erros crassos. Por outro lado, as simpatias e as antipatias exercem influência, às vêzes, decisiva na orientação de inúmeros estudos históricos. Os inimigos políticos de Espanha, como no século XVI, continuam caluniando-a e, o que é pior, não a compreendendo. Faz-se, portanto, necessária a revisão da História em geral como imperativo inadiável. Em tempos passados, como afirmamos, não se pensava nisto como uma necessidade inerente à mesma História. Pensa-se, hoje, em revisões profundas porque se chegou a compreender que os velhos conceitos não podem continuar mantendo-se em seus postos. Caem torres e monumentos e outros surgem em seu lugar. Nesta luta de iconoclastas e anti-conoclastas cometem-se, freqüentemente, grandes injustiças: mas o propósito do revisionismo histórico não é o de realizar arbitrariedades, mas o de encarar a História como foi e, sobretudo, compreendê-la ainda que compreensão, em muitos casos, signifique, simplesmente, contentar-se com não saber. E' preferível ignorar e ter consciência de que um fato não é conhecido, a crer que o conhecemos quando só sabemos dêle uma série de mentiras.

A História envereda, portanto, por caminhos novos, nunca trilhados por outros historiadores. Depara, às vêzes, também, com rotas olvidadas que foram, noutras épocas, magnificas avenidas e estão hoje cobertas de tremedais. Assim, por exemplo, o imperativo de revisão de uma época em todos os seus aspectos culturais e políticos. Este sistema, comum nos manuais europeus de História em que se estudam tôdas as manifestações dos homens em geral, tem-se cifrado, na América, à redução da História militar e, um tanto, da História política. Assim, não há manual que conjugue a História de uma nação à História de sua arte e de sua literatura. Crem os historiadores que, quando se estuda História, pode-se ignorar o que fizeram os artistas, os escritores, os poetas, os arquitetos, os industriais e os economistas de uma nação. O próprio povo, como socie-

dade, é outro ignorado. A História para aquêles não é nenhuma destas coisas quando, na verdade, é precisamente tôdas estas coisas. Há mais: não podemos, muitas vêzes, compreender a razão de tantas guerras se não penetramos no espírito da literatura e da poesia de um país, de sua filosofia e de seus ideais. Foi sòmente nestes últimos tempos que, depois que começamos a desenvolver a História das idéias, alguém começou a indagar que filosofia — se a tomista, a suarista ou a roussoniana — pôde servir de base ou de justificação para a criação das Juntas na América. Muito trabalho custou-nos e custa-nos ainda convencer a grandes estudiosos que, para devassar o verdadeiro sentido da chamada revolução americana, é preciso que se conheçam antes, com tôda seriedade, os problemas espanhóis e europeus em sua integridade. A revisão, nestes casos, é, por certo, uma ampliação de objetivos e uma transposição para mais longe dos horizontes que impediam antes a visão de tantos historiadores. Enriquece-se, portanto, a História com o colorido dos ambientes em que se desenvolve. A História da arte, das antiqüidades domésticas e urbanas, de milhares de minúcias que, noutras épocas, pareciam próprios de outros estudiosos, apresentam-se hoje como imprescindíveis para caracterização de um ambiente e obtenção de um novo sentido da História. Escrevemos, certa vez, um ensaio para demonstrar — como demonstramos — que o povo, na Argentina, carecia de História. Tínhamos e temos histórias de gerais e de batalhas mas não do povo. Ninguém havia descoberto que o povo era um grande desconhecido. No Brasil foi descrita a vida do povo nas selvas. Estas descrições serviram para elucidar certos aspectos do país que explicam uma infinidade de fatos históricos. Em outros países americanos julga-se que a História do povo é a História dos costumes, dansas, diversões e outras coisas mais radicadas ao folclore. A História de uma sociedade não se resume no estudo de sua política, nem as ocorrências de um lugar podem explicar os sucessos de outro ambiente muito semelhante. Costumes, meios de vida iguais em regiões diferentes, nenhuma relação apresentam com as idéias políticas dos homens que nelas habitam. Comunistas e nazistas não apresentam, freqüentemente, diferença alguma no modo de vestir. Nem um ateu diferencia-se tampouco de um crente. A pobreza e a riqueza nem sempre engendram idéias políticas comparáveis. Pobres de um lugar pensam no comunismo enquanto os de outro sonham em tornar-se milionários. Tudo depende das idéias que aninham em seus cérebros, não do ambiente em que vivem; mas é preciso que se conheça êsse ambiente para que o quadro material e espiritual de cada lugar não seja truncado pela falta de visão.

Os defeitos da generalização são muito grandes. O hábito de julgar um fato através do que leva à dedução do conhecimento de

outro acontecimento, foi e é muito comum. Esta generalização é a responsável pela introdução na História americana de termos que com ela não se relacionam absolutamente, tais como Idade Média, feudalismo, senhores feudais, etc. Este bizantinismo é da mesma ordem do que ostentariam os historiadores americanos se, ao falarem da História européia, em lugar de dizer, por exemplo, servos da gleba ou algo semelhante, usassem da expressão “gauchos”, *llaneros*, etc. O efeito seria o mesmo. A palavra “sociologia” é empregada sempre por comodidade, para explicar muitas coisas. Nada explica, todavia. E’ comum ler-se: estudado sociologicamente, tal povo revela tal coisa. Se nos detivermos a refletir um instante sobre o verdadeiro significado do termo — sociologicamente — deveremos confessar que não sabemos o que se quer dizer com êle. Às vêzes, reporta-se aos problemas econômicos do povo; outras, às suas enfermidades; outras muitas, a suas crenças religiosas; não poucas, a suas paixões políticas, etc. Tudo isso carrega o título de sociologia. Aplica-se, também, a cada uma dessas coisas em particular. Ora, cremos que seria preferível dizer: o estudo das crenças de tal povo revela tal coisa ou o estudo das enfermidades permite conhecer isto ou aquilo do que generalizar e ocultar a verdade, empregando um termo que, excessivamente amplo, nada expressa. Compreendemos assim porque a sociologia vai decaindo nos estudos históricos hispano-americanos e, se ressurge, é antes como sociologia das idéias do que como sociologia dos costumes, etc. A verdadeira sociologia é própria dos povos indígenas, sem História e sem ideais históricos que nascem, vivem e morrem com o fim único de viver ou alcançar uma insensível superação. Quando êstes povos ultrapassam êste marco para outras emprêsas, já não podem ser estudados sociologicamente, mas devem sê-lo historicamente.

Poucos historiadores detêm-se a meditar no efeito que produziu entre os europeus a descoberta da América. Sabemos hoje de modo positivo que Colombo morreu com a convicção de que chegara à Ásia. Fêz referência a êste fato em duas cartas. Junto a Colombo encontravam-se muitas pessoas que sabiam que a América não era a Ásia, mas na Europa o nascimento da América não produziu tanto alvoroço como é tão do sabor dos novelistas. A estupefação foi dos que percorreram a América e sobre ela discorreram, e não daqueles que não se moviam de seus povoados e nem podiam conceber tantas coisas como as que havia do outro lado do oceano. O estudo, pois, da Europa, antes e pouco depois da descoberta, impõe-se cada vez mais para que se saiba que valor teve para o mundo o aparecimento de novas gentes. Na Espanha surgiu uma filosofia tôda americanista. No resto da Europa revela-se uma influência ainda não apreciada suficientemente até nossos

dias, excepto no tocante aos detalhes recolhidos por filósofos e pensadores franceses para suas elocubrações sôbre a bondade natural do homem, etc. A projeção da América não se estendeu, todavia, a tôda a Europa. Urge que se aprofundem êstes estudos. Quando isto se fizer, verificar-se-á que a penetração foi mais profunda do que se imagina ou mesmo se imaginou na própria América. Orgulhamo-nos geralmente daquilo de que não nos deveríamos orgulhar e desprezamos os grandes motivos que deveriam despertar a nossa própria admiração.

Luís XIV e a América — eis um tema que não seduziu ainda os historiadores americanos. Não se julgue, entretanto, que ciframos o nosso interêsse em saber se nos papéis de Luís XIV ocorrem referências à América ou se as plumas dos selvagens americanos serviram de adôrno às suas amantes. Estas seriam banalidades próprias dos colecionadores de dados curiosos. O fundamental, na nossa opinião, seria o estudo da política de Luís XIV para que se soubesse até que ponto sua influência se projetou sôbre a América. Nos dias que correm, é muito mais importante para a política americana o estudo em profundidade da política de Luís XIV que seguir os passos de um conquistador pelo Orenoco. E' evidente que muitos princípios e sistemas econômicos da política de Luís XIV foram reproduzidos na Espanha por conselho dos técnicos que dirigiram as idéias de Felipe V. Os métodos franceses, quer em economia como em política absolutista, que, desde a época, tiveram repercussão na América, projetaram-se pelos reinados subseqüentes. Em síntese, quando estudamos o verdadeiro espírito de Luís XIV e o estendemos a seu século — com um critério diferente do de Voltaire — compreendemos o transcendentalismo dêste estudo para o esclarecimento de muitos problemas americanos. Assim, também, a escola reformadora ou revisora da História americana verifica que a famosa revolução francesa de 1798 não teve a menor influência nos fatos que produziram na América a independência. Há historiadores que ainda creem em tais puerilidades. Em outros tempos, quando não se conheciam ainda, profundamente, as causas da independência hispano-americana era lógico que os eruditos da época procurassem às cegas, as fontes da independência e, assim, em seu afã de localizar influências em diferentes partes, julgassem que a independência hispano-americana fôra uma revolução e, portanto, tivera como modelo e inspiração a Revolução Francesa. Do mesmo modo, quando apareceram as doutrinas de Marx e Engels, os sábios americanos, que as descobriram, quiseram explicar todos os acontecimentos da América através das causas econômicas e materialistas. Outros, mais antiquados, estribaram-se no ódio de raças. Se as fontes históricas afirmavam ou demonstravam exatamente o contrário, era fácil solucio-

nar a contradição — os documentos eram apócrifos. Tôda a América estava inundada de documentos simulados, cheios de falsidades, para despistar não sabemos a quem. A escola das simulações impôs-se às almas candidas que a aceitaram e difundiram nas escolas. Causa-nos, hoje, repugnância o ensino de que todos os próceres americanos foram uns traidores, simuladores e embusteiros que de joelhos, diante de um crucifixo e com a mão direita sôbre os Evangelhos, juravam fidelidade à Espanha e a Fernando VII e, em seu coração, ocultavam a traição e a simulação. A nova escola argentina e americana do revisionismo histórico vê, nos fatos produzidos pelas guerras de Napoleão e em sua política as causas primárias da independência do Novo Mundo espanhol.

Deparamos aqui com um pormenor que assume a importância de um enorme problema. Julgava-se, antigamente, que por ocasião da invasão napoleônica na Espanha e da revolução de 2 de maio de 1808, ficara a Península sem rei e, por esta causa, a América havia-se levantado contra a mãe-pátria inerme. Aproveitara a ocasião para lutar por sua independência. A Espanha, sufocada por Napoleão, havia sido capaz de resistir às pretensões dos revolucionários durante anos, até sucumbir definitivamente e perder a América. Era uma explicação que nos desonrava. Os americanos haviam sido pouco cavalheirescos prevalecendo-se com tanto cinismo de uma situação tão terrível para a Espanha. Desculpava-se o fato dizendo que a Espanha nos havia mantido na mais negra das escravidões e que, por isto, não havíamos querido deixar passar essa ocasião em que a Península não estava em condições de nos dominar como em tempos passados. Napoleão vinha a ser, conseqüentemente, a causa indireta da revolução americana. Quem assim se expressava, estava cobrindo de opróbrio a si mesmo sem o saber. Afortunadamente, a verdade histórica não desonra o nome americano. Impõe-se o estudo de Napoleão sob outro prisma. Esta espécie de estudos já começou. Não importa que alguns trogloditas hispano-americanos creiam que é uma heresia histórica o estudo de Napoleão para a explicação de muitas causas da independência americana. Importante é o conhecimento da verdade, desta verdade que vai surgindo, lentamente, mas de modo seguro. Os afrancesados desempenharam um papel de suma transcendência na liberação da América. Esta independência não foi fruto exclusivo, como se supõe, da ação de meia dúzia de guerreiros, mas a resultante de uma série de circunstâncias. Apresenta certo autor a San Martin e a Bolívar como êmulos ou imitadores de Napoleão. Mas o certo é que San Martin, por exemplo, como outros políticos argentinos, veio à América enviado pelos agentes de Napoleão, obedecendo à sua política revolucionária e separatista. Há documentos do *Foreign Office* que comprovam esta assertiva com uma clareza que

não deixa margem a dúvidas. Alguns compulsadores de documentos ingleses omitem tais provas em suas coleções por terror ao escândalo ou para não reconhecerem que a Grã-Bretanha não teve a menor influência na independência do Novo Mundo espanhol. Interesses de nacionalismos e amor próprio de historiadores produzem estes e outros milagres de sonegação. O problema não é passível de compreensão em sua integridade internacional se não se estudarem os intuítos portugueses, o indiferentismo norte-americano, a amizade cada vez mais íntima da Grã-Bretanha com a Espanha, etc. Mas, pairando acima destas questões tão inevitáveis num estudo com o que objetivamos, urge que se siga em suas mais insignificantes reações a política de todos os centros que aderiram ao Conselho de Regência de Cádiz. A nova escola revisionista argentina vê na luta dos partidários do Conselho de Regência e os do sistema das Juntas a causa primordial e fundamental da guerra civil de que acabou por germinar a idéia da independência. Falava-se antigamente do Conselho mas não se dizia, quando se tratava de determinados personagens históricos, se eram partidários do Conselho ou das Juntas. E' impossível entender-se, hoje, a História da independência se não se esclarecer, logo após à citação de um nome, a que partido se filiava: se ao do Conselho ou ao da Junta. A nova escola revisionista estuda a existência, ideais e atividades de todos os partidos que existiam na Espanha e na América antes, durante e logo após a independência. Sem isto é impossível a compreensão das causas que dividiam aos homens e às cidades. Estes partidos não são três ou quatro como poderia imaginar um leitor de idéias antiquadas. São muitos mais e apenas no apercebemos de sua extraordinária importância quando penetramos em seus segredos.

A atualização dos estudos históricos na Argentina — obra e graça de mui restritos especialistas — libera a História americana do enclausuramento a que a haviam condenado seus antigos mestres para colocá-la num plano mundial. Já não se trata mais de uma pequena história circular, sem contactos nem relações. E' uma história que cresce horizontal e verticalmente. Acaba, assim, por exemplo, com as sedições comparação entre a liberdade das colônias do Norte e a opressão das colônias do Sul. Esta admiração cega por uma História que, por sua vez, estava repleta de erros e falsidades, deriva da influência positivista que medrou na América espanhola por volta do fim do século passado e começo do atual. O positivismo trazia em seu bojo uma adesão secreta ao protestantismo bem como a tudo quanto fôsse anticatolicismo. Por este prisma era lógico que se admirasse — e admirava-se — a obra de colonizadores não católicos, grandes puritanos que haviam levado a cabo verdadeiras proezas de humanidade com os indígenas e vi-

viam de acôrdo com uma liberdade e democracia exemplares. Sabemos hoje que a verdade se situava em polo bem oposto. Os indígenas não poderiam ter sido mais perseguidos e, quanto às liberdades, foram elas bem restritas. Os próprios historiadores anglo-saxões, depois de se terem iludido com estas miragens illusórias, acabaram confessando estas verdades. Na historiografia americana, muito poucos autores reconheceram-nas e divulgaram-nas. Permitam-nos recordar apenas um nome: Carlos Bosque, espanhol, iongamente radicado na Argentina e depois no Perú, onde morreu. Seus incontáveis artigos em *El Diario Español* de Buenos Aires e seus *Manual* de História argentina e americana surgidos a partir de 1920, divulgaram verdades históricas dignas de admiração. Erudito modesto e escritor claro, levou a têrmo uma obra meditada e sistemática. Dia virá em que serão reunidas e publicadas as suas produções que não fôram compreendidas ou, antes, não foram apreciadas porque não surgiram em grandes publicações nem seu autor mendigou a aprovação de professôres e membros das instituições oficiais. O vácuo e a indiferença rodearam-no em vida e na morte. Muito poucos recordam-se de sua obra magnífica de pesquisas e comparações. A historiografia que poderíamos chamar oficial foi inimiga sua, bem como de outro intérprete das origens da independência: o doutor José León Suarez. Sua divergência fundamental com as teorias racistas e materialistas dos tradicionalistas conservadores, manteve-o à margem dos círculos dotados de uma autoridade histórica. Sua interpretação é, não obstante, a única que, com aperfeiçoamentos e superações, rasgará futuramente horizontes cada vez mais amplos. A admiração pelas instituições e colonização anglo-saxônicas na América do Norte que com tanto afã tem sido sempre contrapostos à obra espanhola, tem também sua origem no caráter maçônico dos fundadores da historiografia argentina. Seja-nos permitido explicar que, quer na Argentina como em outros países hispano-americanos, os homens que escreveram as principais obras históricas que, ainda hoje, inspiram e servem de guia a seus vulgares repetidores, foram maçons. Este fato que não admite contestação nós não o apresentamos como um ataque à maçonaria nem como um deslustre a seus ideais. Sabemos muito bem quanto deve a independência americana à maçonaria, mas não incorremos, entretanto, nos exageros de alguns novelistas. O maçonismo dos fundadores da historiografia argentina levou-os, por exemplo, a participar das teorias positivistas e materialistas da História. Escreveram todos êles, precisamente, poucos anos depois do manifesto comunista de Marx e Engels, de 1848, e refletem em suas páginas a influência inegável das novas interpretações do materialismo histórico. Maçonaria, marxismo e racismo conduziram ao anticatolicismo e ao antihispanismo. A consequência foi clara: a

Espanha devia ter sido a nação de conquistadores, cruel, atrasada e ambiciosa a que se reportara o Padre Bartolomeu de las Casas. O liberalismo reuniu todos êsses conceitos e elevou-se a ciência. Liberais como nós reconhecem atualmente êstes erros e explicam-nos sinceramente para que a História seja o que foi e não o que alguns historiadores eivados de preconceitos, erros e ódios querem que tenha sido. Os liberais de hoje não chafurdam nas mentiras lascasianas, nem seguem o marxismo esposado pelos pais da historiografia argentina e, em grande parte, da americana. Reconhecemos as liberdades que havia nos tempos de Filipe II, a oposição da maçonaria e da inquisição nos séculos posteriores, a luta por diferentes formas de govêrno de 1808 a 1814 e a guerra entre constitucionalistas liberais e absolutistas servís que conduziu, para sorte e honra da América, à independência. Não cremos, como é lógico, nas lendas de revoluções contra a Espanha em 1810, em conspirações de crioulos nem em outros disparates tão queridos de tantos historiadores ilustres.

A História das idéias é u'a mestre muito superior aos dogmatis-mos ignorantes de velhos autoritários. O acatamento que, por interesse de publicidade, alguns historiadores argentinos dispensam a certos autores, como à letra santa e intocável, parecerá incrível, absurdo, nos anos vindouros. Existe, entretanto, e deparamô-lo tão freqüentemente em instituições e publicações que duvidamos, às vêzes, de tanta servidão intelectual. O conhecimento profundo das rotas que seguiram no mundo as idéias, demonstra-nos a influência que teve o catolicismo nos ideais de liberdade através de seus dogmas voltados para a liberdade humana: o liberalismo maçônico e roussoniano, com ideais comparáveis de união, de democracia e de liberdade, e a política absolutista que, com sua intransigência, conduziu os americanos, de desespero em desespero, à única saída que foi a independência. Comprovamos ao mesmo tempo a enorme desconexão que existe entre a Revolução Francesa e a guerra civil hispano-americana. A escola clássica admitia uma revolução na América contra a Espanha e vinculava-a, portanto, à Revolução Francesa. Era uma explicação de sábios ignorantes. Sòmente quem desconhecesse as causas e o caráter da guerra hispano-americana que foi guerra civil e não revolução, poderia conceber semelhante dependência ou parentesco entre os sucessos de França em 1789 e os da América em 1810.

O estudo das idéias que levaram à separação da Espanha e da América estendeu-se às que conduziram à separação das regiões que formam hoje os atuais Estados hispano-americanos. Alguns autores julgam encontrar as raízes dêste separatismo interamericano nas divisões administrativas de vice-reinos, governações, intendências, etc. Eis uma ínfima parte da verdade. Outros, mais ingê-

nuos, quiseram atingir a profundidade e chegaram ao substrato indígena. Servem os pobres índios para grangear fama a muitos indigenistas. Para estes todo o presente se condensa no passado pré-hispânico. Este passado, antigo de milhares de anos, é para alguns arqueólogos algo muito importante. Para outros, entretanto, não teve, na história post-colombina, a importância tão transcendental que se lhe atribui e absolutamente nenhuma no tangente às causas da independência. Já se disse que as culturas pré-hispânicas americanas estiveram à margem da História universal. Esta afirmação pode ser aplicada a qualquer outra cultura. Todas as culturas viveram isoladas sob certos aspectos e, ao mesmo tempo, influenciadas reciprocamente por milhares de contactos materiais e espirituais. Este gênero de discussões pertence a outro campo que não o da História propriamente dita. Com a chegada dos conquistadores, o cetro indígena mudou de mãos e começou outro mundo espiritual. Os catadores de antiqüalhas devem permanecer nos museu pois nada têm que fazer nos arquivos.

O desdém para com o indigenismo produziu, entre os historiadores com gotas de sangue indígena, a reação antihispânica e a ressurreição das idades paradisíadas dos maias, aztecas, incas, guaranis, etc. Garcilaso de la Vega reviveu, por um sentimentalismo racial e telúrico, a cultura idealizada dos incas e mostrou ao povo espanhol que se a Europa desfrutava uma civilização elevada, os incas também tinham tido a sua. Tratava-se de um afã unificador para colocar num mesmo plano a nobreza espanhola e a incaica e reconhecer igual dignidade em ambos os povos: mas os indigenistas sonhadores de hoje ou simples antiespanhóis elevam o indígena e caluniam o conquistador. Encontram, em sua tarefa, a colaboração brilhante dos estudiosos europeus, geralmente franceses, italianos, judeus e outros que, por razões de cultura e de sensibilidade que seria longo explicar, mostram um especial prazer em atacar tudo quanto é hispânico. As rivalidades de cultura, nascidas de velhos ódios políticos, dado o domínio da Espanha, conduzem verdadeiros sábios europeus a monstruosidades eruditas e de conceito que apenas se explicam pelo complexo antihispânico de que padecem. Estes eruditos filiam-se, também, aos historiadores americanos que vivem influenciados pelas velhas doutrinas materialistas e explicam a história da América como uma larga tirania e uma rebelião por necessidades econômicas. Não é estranho que creiam em conspirações misteriosas e na existência de uma imensa revolução. Devemos confessar, além disso, que há hispanistas e espanhóis que, por suas idéias absolutistas, não têm interêsse em reconhecer que a independência americana nasceu do espírito liberal que animou a luta dos partidários das Juntas, fundadas nos direitos naturais do homem, contra os partidários do Conselho de Regência e, mais tar-

de, dos absolutistas puros, sustentadores de Fernando VII como rei anticonstitucional. Estes historiadores espanhóis preferem explicar que a independência da América nasceu de traições, de conspirações, de más artes dos americanistas e não de seus próprios erros, da intolerância de Fernando VII e do despotismo que naqueles anos dominou em Espanha. Em outras palavras: não desejam inculcar as culpas da perda da América aos espanhóis antiliberais, mas aos americanos e, para não confundí-los ou misturá-los com os liberais espanhóis, atribuem-lhes influências roussonianas, voltairianas, afrancesadas em geral, etc. As paixões políticas criam interpretações históricas especiais e a independência é o juguete interpretativo de inúmeras convicções políticas contemporâneas. A paixão religiosa é ainda mais forte. Os historiadores de um acendrado catolicismo não reconhecerão jamais, por exemplo, que San Martin era maçom. Inventarão teorias, dirão que a maçonaria, na Argentina, não era maçonaria mas qualquer outra coisa, e enquanto San Martin fôr reconhecido como o herói máximo da Argentina (e isto ocorrerá ainda por muitos séculos), ensinarão a seus alunos que um herói tão grande nunca pôde ser maçom. Do mesmo modo esforçam-se por demonstrar que as teorias populistas dos jesuítas foram as que deram as bases da independência. Não importa que estas teorias sejam precisamente a oposição aos fatos históricos realizados. E' forçoso que se evite, também, apontar como base da independência outras e verdadeiras teorias populistas de Rousseau e, antes do genebrês, de São Tomas, de Vitória, de Aspilcueta e outros. Devem primar os interesses ou as conveniências de uma Ordem sôbre a verdadeira história. E' triste confessá-lo, mas aí estão tantos livros que demonstram a verdade destas palavras. E a propósito de verdades, há historiadores partidários de um estancamento crítico, que se molestam se alguém revela suas farcetas, suas falsidades eruditas e didáticas. Não lhes interessa a verdade histórica; interessa-lhes apenas a simpatia de um diário, de uma família influente, ou de um professor que lhes possa facilitar o ingresso numa instituição fechada, etc.

O problema de saber-se se há uma História comum na América está inquietando muitos espíritos. De um lado alinham-se os defensores de uma diferenciação profunda entre as colonizações católicas e protestantes. Do outro lado increvem-se os liberais americanistas que tratam de demonstrar os pontos de contacto (Norte, Centro e Sul ou espanhola, inglêsa e portuguesa). No fundo, mais do que investigação de verdades, notam-se esforços políticos bem dissimulados. O católico quer eliminar o protestante. O liberal não se lembra das religiões e encontra nos ideais comuns de liberdade a base para uma história também comum. Estes temas, desconhecidos em outras épocas, foram incorporados à história americana

em geral pelos sociólogos e políticos. Dia chegará em que se não voltará a falar de tais causas. As semelhanças ou diferenças que se podem verificar entre as distintas partes da América são as mesmas que se pode encontrar entre qualquer parte da Europa. Os que intervêm na discussão (e são muitos atualmente os entusiastas deste gênero de diversão) partem de fundamentos falsos e inexistentes. Dizem, por exemplo, que tão caudilho foi Pancho Villa como Lincoln. E' certo, com efeito, que um e outro tomaram muitas decisões a seu talante, sem consulta prévia ao povo; mas isto não autoriza a compará-los porque, se fôssemos ampliar essas comparações, poderíamos estendê-las a todos os governantes da América e também do mundo. O fenômeno das comparações nos historiadores contemporâneos é uma herança de outras comparações que os românticos de há cem anos atrás faziam de qualquer tirano americano com Nero ou Tibério. Não faltaram historiadores na Argentina, há mais de meio século ou três quartos de século, que viram nas lutas de federais e unitários paralelismo com os bandos que seguiram a Revolução Francesa, e, o que é pior, há historiadores vivos, em Buenos Aires, que comentam essas tolices, próprias de semicultos ou pseudo-cultos, como descobertas geniais. A penetração no pensamento histórico americano, com êstes desvarios, torna-se cada vez mais difícil.

Não há História americana sem problema de raças. Muitos historiadores creem que os índios cultivam pensamentos próprios, que influem na marcha dos acontecimentos, ou seja, na História. A êstes se agregam os que creem na importância dos negros. Um fato exclusivamente sociológico, interessante para o estudo das condições de vida das cidades, povoados, selvas, etc., transforma-se num pseudo-fato histórico, isto é, emprestam-lhe idéias que podem servir à História. O estudo dos negros é de interesse palpitante: mas negros e não negros participam das mesmas idéias dos brancos, mestiços, mulatos, etc. no que se refere a partidos políticos. Há, com efeito, negros comunistas e negros conservadores, negros cheios de superstições africanas e católicos e negros espiritistas ou indiferentes. A pele não desempenha nenhum papel na História americana, digam o que disserem os historiadores coloristas. No Canadá, os habitantes não se distinguem pela cor mas pelas idéias políticas. Estas idéias coincidiam, com muita freqüência, com os idiomas e com as origens francesa e inglêsa; mas havia também franceses e inglêses que pensavam de maneira diferente. Observamos o mesmo quando falamos de exércitos espanhóis na América do Sul, e de exércitos crioulos e comprovamos, sem margem para dúvida, que os exércitos espanhóis eram constituídos por índios natos e chefes crioulos e os exércitos crioulos eram formados, em sua grande maioria, por elementos nascidos na Espanha. Se o Canadá

não se entusiasmou com a independência dos Estados Unidos, mostrou-se partidário da Inglaterra e recebeu os refugiados da nova república que não estavam conformes com o separatismo, não foi porque u'a maioria do país falasse francês, mas porque essa maioria tinha idéias antirepublicanas, monárquicas e conservadoras. As lutas em defesa de um idioma, tanto no Canadá como em qualquer outro país da Europa, não refletiram exclusivamente o amor à uma língua mas as idéias políticas e a realidades jurídicas que êsse idioma envolvia. As oposições raciais só se advertem quando coincidem com oposições políticas, ideológicas. Não há *pathos* racial quando não o existe político. A sereia do racismo atrai aos historiadores para grandes erros. Quando os grupos anglófonos do Canadá quiseram anexar-se aos Estados Unidos não obedeciam a uma atração idiomática, mas a uma coincidência política.

O moderno revisionismo da História americana devassou o problema do ouro. Afirmou-se durante séculos que a conquista da América teve como único incentivo a atração do ouro. Desde o tesouro de Atualpa, teve o ouro indiscutível influência. Ninguém negará que muitos descobrimentos se realizaram pela atração de uma Serra da Prata, um Eldorado, sepulcros riquíssimos, minas, países imaginários, etc. Entramos, assim, numa segunda parte da história do ouro: o ouro extraído das minas, por um lado, e o produzido pelo comércio. Os investigadores contemporâneos estudam, pois, com novos métodos o comércio e a importância dos metais como meios de intercâmbio. Sabemos, hoje, com grandes aproximações, o que produziram em metais muitos países americanos. As fantasias de outros tempos foram relegadas a lendas. A realidade é que a abundância de prata elevou enormemente o custo de vida na Espanha. A prata, em compensação, valeu menos que na Idade Média. Houve, pois, uma revolução de preços produzida pelas riquezas americanas. Partir dêstes fatos para as causas da independência é um pouco impróprio, para não dizermos absurdo. Alguns historiadores, contudo, o fazem. E' muito corrente que supunham que a ansia de um comércio livre tinha levado à conspiração grupos misteriosos de homens de tôdas as cidades americanas para conduzí-los a u'a manifestação comum quando a Espanha se viu perdida. O afã de comerciar tinha produzido, em síntese, a independência da América Hispânica. Esta brilhante estupidez vê-se agravada ou adornada pela fantástica existência de laços de união entre todos os conspiradores, movidos, de Londres ou Cádiz, por lojas maçônicas dirigidas, por sua vez, por um gênio sobrenatural que tinha em suas mãos os fios de tôdas essas coisas. Não negamos a influência da maçonaria, como dissemos antes; mas, nesta ocasião, como a apresentam certos historiadores, não passa de novela. Não aceitamos, tampouco, a influência de certos documen-

tos, como a chamada *Representación de los hacendados*, de Mariano Moreno, em Buenos Aires, que sômente deu renome a seu autor depois de sua morte. A revisão da História americana começa por zombar dos antigos materialistas que atribuíam a causas econômicas tantos fatos que só produziram a guerra civil entre os partidários das Juntas e os do Conselho. A oratória dos economistas já não engana a ninguém. A independência nasceu de uma antinomia, não de fatos que em qualquer parte do mundo nada produziram, excepto problemas sempre fáceis de solucionar sem rompimentos nacionais. Os lugares comuns que certos historiadores extraem de um livro único ou de um breviário de história nacionalista, devem desaparecer também no que se refere ao estudo da economia das Missões.

Vamos abordar um assunto que muita gente prefere deixar na penumbra. A História das Missões tem tido um triste destino. Alguns historiadores cobriram-na de infâmias: outros a têm cercado de maravilhosas falsidades. Muito poucos são os livros realmente sérios. Alguns sábios eruditos da Companhia de Jesus escreveram trabalhos panorâmicos ou deram à luz documentos e obras de imenso valor: mas o estudo das Missões, especialmente as dos jesuítas do Paraguai, não foi elaborado em profundidade. E' preciso que se abandonem as declamações e os temores para enfrentar uma investigação que está exigindo muita luz. Urge que se indague o que foi a revolução dos *comuneros* do Paraguai. Fontes indiscutíveis apresentam-na como um assombroso despertar de ideais de liberdade e uma luta aberta contra os jesuítas. A Companhia teria sido responsável por essa inquietação popular que reuniu o povo paraguaio numa rebelião sem precedentes na América. Por isto, talvez, os historiadores jesuítas do século XVIII em diante têm-na silenciado ou registram-na à sua maneira. A história dos *comuneros* paraguaios não tem sido bem compreendida porque, para entendê-la, seria preciso recorrer a grande número de fontes, penetrar nos arquivos jesuíticos que se acham em seus colégios e que não estão abertos ao público e unir, então, a História desses fatos à História das idéias que a inspiraram ou justificaram. Os fatos são mais ou menos conhecidos. Nós mesmo reunimos centenas de documentos do arquivo de Assunção. Os do Arquivo das Índias foram anotados pelo Padre Pablo Pastells. Falta, porém, a assimilação das idéias dos *comuneros*. Alguns historiadores paraguaios fizeram-no em escala, infelizmente, pequena; mas a verdade começa a ser vislumbrada. A história dos *comuneros*, por deferência dos autores dos manuais para com seus colegas jesuítas, é apenas aflorada nos compêndios elementares e em estudos superiores. Não se deve esquecer, todavia, que durou 18 anos, desde 1717 até 1735. E' indubitável que os jesuítas se haviam

apoderado do contrôlle da herva-mate, do gado, do comércio e da terra. Contra esta absorção que se estendia a quase todo o Paraguai, insurgiu-se o povo movido por ideais de união e de liberdade realmente admiráveis. As doutrinas de Antequera e de Mompó indignaram a jesuítas como o Padre Lozano. A crítica moderna vê nelas o pensamento de São Tomás e dos teólogos de Salamanca, bem como os fundamentos da democracia que rege hoje o mundo. O povo era a fonte e depósito de poder: a vontade do povo era superior à do rei; podia, portanto, atribuir-se o governante que mais desejasse. O povo admitia as leis e governantes que mais lhe conviessem. Aquêles que apresentavam as doutrinas do jesuíta Francisco Juarez como fundamento dos movimentos que criaram as Juntas de 22 e de 25 de maio de 1810, não levaram, talvez, em consideração a doutrina político-teológica mais contrária a êsse movimento. Suarez sustentava, com efeito, que o povo podia eleger um governante, mas que, uma vez eleito, não podia destituí-lo sem causas gravíssimas. Maio de 1810 caracterizou-se precisamente em Buenos Aires por todo o contrário: primeiramente o povo, ao saber que o rei de Espanha achava-se prêso, elegeu uma Junta ou, seja, um conjunto de representantes seus e não um governante único e ao descobrir que um dos membros dessa Junta, o ex-vice-rei Cisneros, amigo de amigos do Príncipe da Paz, estava em contacto com Napoleão, pediu que essa Junta se desfizesse e, em seu lugar, outra fôsse criada. Houve, nessa ocasião, dois contratos: o de todos os componentes do povo entre si que, considerando-se unidos, julgavam-se a fonte do poder como corresponde ao contrato social de Rousseau e o do povo com suas instituições governativas enquanto fôsem de seu agrado, o que representa o contrato de São Tomás e de todo o conjunto de velhas doutrinas políticas espanholas que chamamos da substituição do governante indesejado. Encontramos, em síntese, nas doutrinas comunitárias de Antequera e Mompó os antecedentes mais precisos, indiscutíveis, dos fatos de maio. A rebelião comunitária não foi invocada em maio por várias razões: primeira, não serviu de exemplo; segunda, ninguém a lembrou; terceira, os acontecimentos de maio não foram uma revolução, mas uma imitação do realizado em cada cidade espanhola; quarta, não constituíram, tampouco, um protesto contra o rei nem um descontentamento por qualquer causa, mas um ato de adesão à Espanha e ao rei. Contra estas verdades, não o ignoramos, estão os historiadores estancados, antihispanistas, etc.; mas sua opinião já não prevalece na verdadeira história americana. A rebelião comunitária não aparece como fato histórico em maio de 1810, em Buenos Aires; mas, em compensação, suas idéias ali estão presentes. Elas tinham velhas origens. Chegaram de Espanha nas páginas dos velhos teólogos, como São Tomás e repetidores, tor-

naram-se hábito rioplatino com as eleições de governantes paraguaios e buenaienses e transformaram-se em maravilhosas doutrinas políticas em reação à pressão dos jesuítas. Os mesmos princípios reaparecem em maio de 1810 quando o vice-rei Cisneros disse ao povo de Buenos Aires que a Espanha estava perdida e era preciso que se reunisse e resolvesse o futuro. Martin de Alzaga havia tentado, pouco antes, pô-las em prática. Sustentava-as todo um partido em Buenos Aires. O jesuíta Francisco Suarez, arrastado pelos cabelos por um erudito moderno, para explicar maio, não tem absolutamente nada que ver com êsses acontecimentos. Em seu lugar é preciso estudar Antequera e Mompó, os maiores filósofos políticos do Rio da Prata, completamente olvidados das histórias da filosofia destas regiões.

A revisão da História propõe um problema: pode a História argentina ser considerada isoladamente, independente da Europa, ou a ela deve ser vinculada? Êste problema não deveria existir. De início é um tanto pueril. Desenraizar, deliberadamente, por questão de princípio ou sistema, um fato americano que está intimamente ligado a outro europeu, é absurdo ou fanatismo. A vinculação deve ser estudada tôdas as vêzes que exista. Êste problema que hoje, com o desenvolvimento a que chegaram as investigações históricas americanas parece inexistente, foi, entretanto, há poucos anos atrás, um estôrvo para os historiadores que pretenderam escrever História americana sem saber uma palavra européia. O desconhecimento da História da Europa não foi, felizmente, tão saliente nos grandes historiadores do continente. Aquêles que aspiraram a ter uma História exclusivamente americana foram alguns bairristas, historiadores de segunda ou terceira ordem, que se dedicaram a redação de biografias, histórias regionais e coisas semelhantes e viram, ao mesmo tempo, a fervorosa união da América à Espanha, em 1810, pelo estabelecimento das Juntas provisórias de govêrno e a imediata guerra civil com os partidários do Conselho de Regência. Pareceu-lhes uma revolução contra a Península, isto é, exatamente o contrário do que realmente era. Projetada a luz sôbre êste problema, é inegável que a América entra, com sua História, no campo europeu e, na realidade, mundial.

O internacionalismo da História americana é posto em relêvo no estudo das idéias e do comércio. Êste duplo estudo revela-nos algumas novidades. Obriga, primeiramente, os historiadores a familiarizarem-se com a teologia. O homem americano criou problemas jurídicos e teológicos que não existiam em outros tempos e que ocuparam as inteligências espanholas e não poucas de Roma durante larguíssimos anos. A teologia dirigiu os passos de muitos conquistadores. Não conseguíamos antes a explicação de

certos fatos e certos porques? Sabemos hoje que se realizaram desta ou daquela maneira porque os teólogos assim o aconselharam. Não deve o protestantismo ser posto à margem. A reforma com Lutero, começou antes do descobrimento do México. Não seria propriamente a Inquisição que se deveria estudar na América para que se compreendesse a influência do protestantismo em inúmeros fatos americanos. A Inquisição pode interessar como tribunal local em algumas cidades. As idéias protestantes, sem que cheguem a constituir heresias, encontram-se em muitos ideais que poderíamos chamar americanos. Erasmo tem, na América, mil vêzes mais importância de que Cervantes. Platão e Aristóteles não podem ser ignorados por aquêles que se dedicam à indagação das condições sociais dos indígenas durante a colonização espanhola. Quando falamos dos americanos como de povos novos, esquecemo-nos de que tanto os descendentes de europeus como os de indígenas representam as culturas mais antigas da humanidade.

Os ideais que conduziram à independência dos atuais Estados Unidos e às atuais repúblicas hispano-americanas são comparáveis, para não dizer, exagerando, que são os mesmos. Não são idênticas, entretanto, as circunstâncias que produziram essas independências. Os Estados Unidos chegaram à revolução contra a Grã-Bretanha porque haviam perdido muitas liberdades. A vida política nas colônias da América do Norte tem sido apresentada, sempre, como muito superior em liberdades e democracia à das colônias espanholas. Comprovou-se, atualmente, o contrário. A vida política nas colônias espanholas era incomparavelmente superior em suas liberdades civis. Foi com a reforma borbônica de Filipe V, no ano de 1701, que começou para a América a decadência da liberdade. Vemos como são completamente distintas as circunstâncias com que se produziram os movimentos que culminaram com a independência. Rebelião contra a mãe-pátria no Norte. Adesão fervorosa, cega, à mãe-pátria no Sul. Esta verdade, sabemos-lo muito bem, causará indignação a êsses historiadores que, inconscientemente, ofendem às suas pátrias apresentando-as como rebeldes e, sobretudo, como aproveitadoras de uma situação difícil da Península. A independência por amor à liberdade chega, na América Espanhola, alguns anos depois de 1810 quando Fernando VII se nega a conceder uma Constituição, uma autonomia federal, um regime liberal. Foi então que se uniram, num paralelo ideal, as Histórias do Norte e do Sul e ambas coincidem em seu triunfo separatista.

Os historiadores norte-americanos perguntam, freqüentemente, a si mesmos, porque não houve revolução nos Estados Unidos e produziram-se, entretanto, tantas revoluções em qualquer das

repúblicas hispano-americanas. A pergunta abrange desde às origens até os tempos atuais. Os filósofos espanhóis têm afirmado que o povo espanhol é anárquico por índole e que há demasiados chefes e poucos seqüazes dêstes, etc. Não se registram, todavia, tantas revoltas na Espanha como na América. Não é exato, tampouco, que todos queiram ser chefes e ninguém queira seguí-los. A realidade histórica tem demonstrado, na América, que os caudilhos tiveram sempre adesões entusiastas e poderosas. Poder-se-ia sustentar, assim, que se se quisesse caluniar ao povo espanhol e ao americano que neles houve sempre um excesso de servilismo e que suportaram reis, imperadores, caudilhos, tiranos, etc. desde tempos recuados até épocas contemporâneas. Mas a verdade ainda não é esta. Quando devassamos o modo de pensar do povo hispano-americano, descobrimos que suas rebeliões obedeceram, em todos os momentos, à consciência de que havia uma injustiça a destruir. O povo na Espanha, bem como na América, tem mantido no curso de sua História, por sua educação política e teológica, um sentido profundo da legalidade e da justiça. Quando, em cada revolução hispano-americana, um chefe se preocupa em promover a reforma da Constituição, demonstra que está convencido da necessidade de reformar algo, de fazer justiça. Os *pronunciamentos* espanhóis do último século tiveram sempre como origem injustiças evidentes para com os generais que se insurgiam. O espanhol e o americano não são anarquistas mas legalistas; querem justiça e liberdade. Quando falta uma delas, a revolução é certa. Os caudilhos mantiveram-se e mantêm-se no poder se u'a maioria os sustenta. Não importa que essa maioria seja de analfabetos ou de perversos; o que define a justiça, neste aspecto e sentido, é o que deseja a vontade da maioria. Os exemplos são diversos: os *comuneros* e o *rosismo*, ambos no Rio da Prata. A História da Espanha e a de América convertem-se, assim, numa luta sem interrupção entre a justiça e a injustiça, a liberdade e a opressão.

Os problemas da liberdade levam alguns historiadores a pensar que a independência hispano-americana foi a resultante das revoluções que houve na Europa e na América desde a dos Estados Unidos em 1776 e a francesa de 1789, em diante. Focalizam-se as reformas de Carlos III, do conde de Aranda, do marquês de Pombal, etc. Neste amálgama de fatos históricos comete-se a mais monstruosa e inútil das confusões. Aquêles que dissertam sobre êstes temas deixam boquiabertos os seus ouvintes mostrando tantos conhecimentos, mas deixam também frios e indiferentes àquêles que sabem que cada uma dessas revoluções teve origem diversa, ideais nem sempre coincidentes, etc. e que nenhuma delas teve a menor influência nas verdadeiras causas que produziram

a independência hispano-americana. Mais equivocados estão, todavia, aquêles que dissertam, magistralmente, sôbre o choque do capitalismo e do industrialismo e outras estultícias que nada têm que ver com o problema da independência. Esta dependeu muito, efetivamente, das idéias e, em especial, de circunstâncias. Sem Napoleão na Espanha, sem a prisão dos reis espanhóis, sem a formação das Juntas provisórias de governo, sem a ereção de um Conselho de Regência, sem a guerra civil entre os partidários das Juntas e os do Conselho, primeiro, e a negação de Fernando, mais tarde, em reconhecer um sistema liberal de governo, não teria havido independência em parte alguma da América. A revisão da História americana atinge os atos que, durante a colônia, se supôs tivessem fins separatistas e comprovamos que seus propósitos foram muito diferentes: protestos contra um governador devido ao preço excessivo do tabaco ou do álcool, ou por leis que lesavam determinados interesses ou por outras causas, mas nunca por ideais separatistas. Sem os fatos que temos mencionado e que nos vemos obrigados a citar a cada instante, quando repelimos uma causa falsa — repetimos — não teria havido independência na América espanhola.

Ante estas verdades, quererão saber os leitores se há realmente uma História americana ou se a História da América é, por suas origens e suas causas, uma História européia. Há, pensamos, as duas coisas, uma História americana ligada à Europa e uma História americana desligada de qualquer relação exterior. Para satisfazer o nacionalismo estreito de certos espíritos dizemos que há, também, uma História da Europa ligada à América e assim como causas européias produziram efeitos na América, causas americanas produziram outros efeitos na Europa. Os insulamentos historiográficos só existem para biografias ou histórias de cidades, datas de fundações ou descrições de batalhas. Aquêles que falam de laços entre nações podem guardar essa palavra para discursos oficiais ou para cartas de cortesias. Ninguém sabe que laços vinculam a duas ou mais nações entre si. Temos visto muitos laços rotos, momentâneamente, pelo resultado de uma partida de futebol. Cada nação pode e deve manter uma doutrina nacionalista sem preocupar-se em saber se os ideais que as constituem são os da nação vizinha. Mas os ideais nacionalistas, para serem verdadeiramente autênticos e não falsos, impostos por um partido político ou pela charlatanice de algum energúmeno, devem ser a expressão pura das forças ideológicas que criaram a pátria. Há ideais nacionalistas e antinacionalistas. Muitos nacionalistas americanos, são, por exemplo na Argentina, traidores inconscientes que defendem os ideais da antiargentinidade e não os da argentinidade. Esteban Echeverría, ainda que equivocan-

do-se em certos pormenores históricos, expôs muito bem os ideais da argentinidade e não seria possível apartarmo-nos dêles. O *rosismo* é, entretanto, a expressão pura da antiargentinidade, o retôrno ao absolutismo contra o qual combateram todos os homens que fizeram a independência. Por estas mesmas causas, a eleição ou a elaboração de heróis nacionais deve coincidir com as idéias nacionalistas e não com as contrárias. Em alguns países americanos estão se erigindo em heróis aquêles que foram a ruína de suas pátrias ou encarnaram ideais opostos aos que a fizeram existir.

Há erros consagrados pelos séculos. A revisão da História da América vai revelando-os. Mencionaremos agora os que se referem aos móveis da imigração européia, desde suas origens, e às proibições comerciais. Tem-se dito, vêzes infinitas, que a imigração inglêsa para as colônias da América do Norte foi devida à falta de liberdades religiosas que tinham os homens que emigravam e que para desfrutar a liberdade, cruzaram o Oceano, etc. Assim, conseqüentemente, tinham procurado, séculos depois, uma oportunidade para separar-se da Grã-Bretanha, etc. Isto são contos para néscios inocentes. O exame dos fatos revela que não houve ansias de liberdade religiosa, mas problemas individuais, ilusões pessoais, curiosidade, ambição de riqueza, etc., o mesmo finalmente, que na América espanhola. Com relação à América hispânica tem sido comum ouvir-se que os espanhóis haviam emigrado todos para voltarem carregados de ouro. Alguns, com efeito, assim o fizeram; mas outros muitos partiram precisamente pelas causas que se atribuem aos inglêses: em busca de liberdade civil. Houve, pois múltiplas causas que decidiram e decidem, antes e agora, aos homens da Europa a vir para América. Querer fixar ou reduzir estas causas a uma ou duas, como únicas, é um intento muito útil para manuais, mas muito anti-histórico.

Com relação ao comércio americano, têm os historiadores estabelecido suas datas seguindo o texto de não poucas cédulas reais. Assim se tem falado de comércio livre, de proibição de commerciar, de comércio com neutros, de comércio com as colônias, etc. Tudo é certo oficialmente, mas incerto na realidade da História. Não se pode estudar o comércio tão somente através das cédulas reais; é preciso estudá-lo de acôrdo com os livros comerciais das casas importadoras e exportadoras que havia no Novo Mundo. Sabemos muito bem que êste gênero de investigações é sumamente difficil porque os arquivos não conservam geralmente tais livros; mas sempre subsistem alguns e muitas famílias possuem, por herança, livros de seus antepassados. E' preciso que se vejam e quando isto se der, comprovar-se-á, como nós mesmo o comprovamos após a verificação de alguns dêles, que a realidade histórica é

muito distinta da oficial. Já não falamos do repisado contrabando. Referimo-nos a fatos normais, registrados nos livros de contabilidade. Navios de tôdas as partes do mundo chegavam aos portos americanos, em datas muito afastadas, e traziam e levavam quantidade enormes de mercadorias e frutas da terra. Tôdas as teorias econômicas e as limitações oficiais desmantelam-se ante estas comprovações.

O estudo da influência geográfica já não interessa aos historiadores. E' hoje patrimônio de etnólogos retrógados e de alguns sociólogos darwinistas, comtistas ou coisa parecida. Aceitava-se como verdade em outros tempos que tôdas as planícies produziam homens com hábitos e idéias semelhantes e que tôdas as montanhas albergavam homens de traços rudes como as rochas. Outros sábios afirmavam que o sol da África enegrecia e que os frios do Norte davam origem aos olhos azuis. Quando se foi verificando que a África, em outras épocas, não tinha negros, que em Marrocos há muitos mouros de olhos azuis e que numa planície os naturais apresentam certos costumes muito diferentes de outra, a teoria da influência geográfica ficou condenada ao arquivado das idéias superadas. Estuda-se hoje a geografia para a enunciação de verdades evidentes: que onde houve minas, trabalhou-se nelas e que onde não as houve não existiram problemas mineiros, etc. Além disso, há estudiosos que recorrem à geografia para explicar a escravidão e dizer que, onde houve plantações, houve escravos. Falso. A escravidão não depende de plantações mas de idéias políticas, filosóficas e teológicas. Quando os homens brancos quiseram ter escravos, tiveram-nos. Antes da Guerra de Secessão havia nos Estados Unidos muitos escravos; depois da guerra não os houve mais. Um decreto pôs fim no Brasil à escravidão. As idéias liberais espanholas, mais adiantadas que as inglêsas e norte-americanas acêrca dêstes fatos, eliminaram largos anos antes a escravidão nas terras hispano-americanas. Os homens comportaram-se sempre, diante da natureza ou de qualquer tentação, de acôrdo com suas convicções e crenças e não foram, em absoluto, dirigidos por sombras de montanhas nem ventos das planícies.

A revisão da História das idéias conduz a curiosas verificações. Não é exato que na América do Norte os colonos tenham gozado de maior liberdade que na América espanhola. Não é verdade que a tolerância religiosa tenha sido maior no Norte que no Sul. A Inquisição, em algumas cidades hispano-americanas, perseguiu menos gente que a intolerância religiosa dos colonos da América do Norte. O hábito nefasto do proibir a leitura de certos livros existiu tanto no Sul como no Norte. A Espanha proibia a leitura de livros obscenos, de novelas excessivamente fantásticas e de obras contrárias à religião e ao Estado. Na América

do Norte ocorria algo muito semelhante. Numa república do Sul foi fechada a oficina onde se imprimiu um livro que analisa certos documentos relativos a Bolívar e a San Martín. É um ato que ninguém poderá desculpar, que não têm relação com o liberalismo, mas com uma política de agressão. Esta política corresponde, portanto, a um afã de represálias. Se lançarmos nossos olhos para o passado, verificaremos que o liberalismo progrediu mais rapidamente no Sul, ou seja, na América Espanhola que no Norte, isto é, nos Estados Unidos. O divórcio — consagrado hoje nos países civilizados — impôs-se nos Estados Unidos porque a maioria protestante o aceitou. Nos países onde o clericalismo pode, todavia, dirigir votos, os políticos não o abordam por temor à derrota nas eleições. Não se trata, positivamente, do resultado de uma convicção religiosa pois, efetivamente, há mais casais separados na América espanhola do que na inglesa: logo há apenas conveniência política na atitude. O velho provérbio espanhol que diz que em todas as partes se cosem favas, explica melhor a história humana que certos tratados pejados de analogias e antinomias. Eis porque os historiadores tratam de explicar as culturas não por seu conteúdo, infinitamente variado, mas por seus estilos. É melhor dizer que são reflexo de suas idéias. A análise das idéias, na América, só agora começou a ser feita. Suas revelações progressivas mostram que abundam as idéias mais incríveis sobre as origens delas. Imagine-se que uma idéia polinésica possa dar a volta ao mundo e apresentar-se-nos disfarçada com roupagem grega e que, do mesmo modo, idéias nascidas na América tomaram o caminho oposto e deram igualmente a volta ao mundo. Mas nossas idéias diretrizes são, indiscutivelmente, as da Europa ocidental, as do velho Mediterrâneo, com seus filósofos, seu cristianismo, seu direito romano e, principalmente, suas liberdades. A América é o depósito e a salvação da cultura ocidental. A América não significa precisamente modernismo. A Europa moderna esteve a pique de volver à mais aberradora Idade Média, com o nazismo e o fascismo. Moderno é, por sua etimologia, o atual, o que nós fazemos. Pois bem: o que nos apraz, o que fazemos — o moderno — pode ser algo que morreu há séculos e volta a ressurgir. A América, portanto, não é um signo do moderno, mas do antigo, dos mais velhos ideais da humanidade. Há na América universidades onde se estuda o latim e lê-se Aristóteles com maior intensidade que em muitas congêneres européias.

O estudo da História americana tem tido um grande inimigo: o professor político. Este gênero de professor é geralmente um ignorante, enfatizado pela proteção que o ampara e que trata de cobrir, com petulância, sua falta de conhecimentos. Encontramo-lo, hoje, em muitíssimas cátedras em que produzem um

dano enorme à verdadeira cultura. Havia antigamente uma outra espécie de professôres igualmente funestos: os que se escudavam na autoridade dos deuses maiores da História e repetiam seus conceitos como letra bíblica. Tinham tôdas as deformações próprias de sua profissão: intolerância, ênfase, servilismo, etc. segundo os casos e as conveniências. Os grandes investigadores não foram, em geral, professôres de carreira. Foram criaturas que desdenharam o ensino por sabê-lo inútil em quem não sente o fogo sagrado da História e, para evitar desgostos e polêmicas, dedicaram-se à erudição pura e não à verdadeira história que reúne erudição e interpretação. Pode ser considerado, também, um inimigo da História o filósofo puro que faz filosofia com dados alheios, que não sabe o que é investigar nem o que é escrever História, mas que pontifica com pasmosa suficiência. Houve, há poucos anos, especialmente na Espanha, alguns divulgadores de trabalhos alemães que adquiriram fama de sábios e aos quais se cita ainda, como adôrno, a cada passo, em estudos de síntese ou de interpretação. Êstes filósofos e literatos falam de culturas em generalizações elementares que agradam a quem lê História antes de dormir. Encanta a êstes senhores ouvir falar de ilustração e de iluminismo e de uma série de *neos* aplicados a qualquer coisa: neoclassicismo, neotomismo, neoescolatismo, neoidiotismo, etc. Os séculos, para êles, têm todos um significado e desembocam, fatalmente, em grandes fatos históricos. O belo estudo de Huizinga em que demonstra a puerilidade destas teorias, é completamente desconhecidos dêles. Outros contam-nos, como uma grande revelação, que a História americana é História americana e não chinesa, nem prussiana. Não falamos dos que estudam a História do mundo olvidando-se, como Spengler, da América, nem dos que supõem que há um bom número de Américas e não dizem que, pelas mesmas razões, seria preciso admitir outro bom número de Europas. Há quem explique que os portugueses não avançaram pelo interior do Brasil, porque eram navegantes e preferiam, portanto, permanecer no litoral. Os aldeões portugueses que antes de vir para a América nunca tinham visto o mar, pensavam, sem dúvida, o mesmo. O fato de que as selvas brasileiras continuem hoje como há séculos demonstra que a essas costas só se dirigiram os navegantes do mundo. Estas originalidades tornam-se, às vêzes, encantadoras. E' interessante dizer também que os colonos inglêses organizaram-se em república quando tocaram as costas americanas pela primeira vez e deixaram o descobrimento e a conquista para o século XIX ou XX. Nós mesmos estamos também descobrindo a América pois que, em certa excursão, revolvemos as ruínas de um sambaqui. Logo, segundo êstes mesmos estudiosos, quando os *criollos* proclamaram a independência não tinham

tradição de govêrno próprio. Não se pode conceber injustiça maior: todos os govêrnos de 1810 em diante foram o prolongamento dos anteriores ou imitaram as Juntas provisórias da Espanha. Nestas Juntas, como na de Buenos Aires, o Presidente estava convencido de que substituía ao vice-rei e assim era efetivamente. Tão arraigados estavam êsses chamados “govêrnos revolucionários” que os de cada província quiseram continuar por si mesmo, como sempre, e assim nasceu o federalismo. O funcionamento institucional mudou apenas de nome. A tradição castelhana subsiste ainda hoje em muitos govêrnos americanos, sem que disso êles se apercebam. Liberalismo e absolutismo não aparecem na América depois de 1810, porém muito antes, desde o século XVI. A opressão dos Cabildos pelos chefões locais, ou seja, o aparecimento dos caudilhos que se opõem às liberdades municipais, foi denunciada por Moreno anos antes também de 25 de maio de 1810. Há, apesar disso, quem explique que os *criollos* fizeram uma revolução porque se achavam numa miséria espantosa, oprimidos pelos espanhóis em todos os sentidos, arruinados, etc. Êstes analfabetos históricos são, freqüentemente, professôres, publicam trabalhos em revistas acadêmicas, etc. Achava-se a América, quando Napoleão aprisionou aos reis de Espanha, num estado de riqueza e bem-estar superior em todos os sentidos ao de qualquer outro período anterior e até mesmo ao da própria Europa. Foram os espanhóis da Península que começaram a combater o sistema absolutista, o monopólio, etc. e não os americanos. Êstes tomaram conhecimento de tais coisas quando as leram nos periódicos. Copiaram ou glossaram, então, os parágrafos mais notáveis e fizeram-se eco do que se dizia na Espanha. Os investigadores que conhecem os escritos americanos, e não os peninsulares, entendem a História em sentido inverso. Eis a causa de tanta indignação quando se lhes prova que não sabem o que dizem. As idéias liberais chegaram sempre à América vindas da Espanha e não de outras partes. Foi na Espanha ou na Europa onde se formaram todos os chamados revolucionários como San Martín, Bolívar, Belgrano e outros muitos. A ilustração e o iluminismo pouco tiveram que fazer na América pela simples razão de que no Novo Mundo havia mais luz que em qualquer côrte européia. A obra singela dos cronistas, tão olvidados, caluniados, incompreendidos em sua grandeza erudita e filosófica, supera, em quantidade e qualidade, a emprêsa historiográfica de qualquer outro país do mundo. Se por ilustração ou iluminismo se deve compreender a um Voltaire, escritor de gabinete, interessante em nossos dias apenas por suas irreverentes ironias como seu precursor Erasmo, suas luzes não faziam muita falta no Novo Mundo onde a vida era seriedade, luta, trabalho e não sátiras para molestar a frades ou páginas para gordas marquesas.

Quando revisamos a história dos governos e estudamos algo de psicologia de alguns governantes, descobrimos, por exemplo, que as idéias revolucionárias de muitos caudilhos cifram-se em conservar intacto seus antigos privilégios de maneira que não seja perturbado o gôzo feliz de seu absolutismo. Um historiador como Alemán, no México e um caudilho como Rosas, na Argentina, queixavam-se, com languidas nostalgias, de que se continuasse a viver como em pleno domínio espanhol. Os grandes libertadores expuseram seus ideais de uma América unida como o era na época espanhola e não de uma série interminável de repúblicas como é atualmente. Os nacionalismos sentiam-se apenas nos anos anteriores a 1810. Havia rivalidade de cidades, como a de Buenos Aires e Montevideú, que disputaram a glória da expulsão dos ingleses; mas não nacionalismos de vice-reinos ou de províncias. Estes nacionalismos foram obra dos generais e caudilhos que, com a independência, começaram a combater-se reciprocamente e quiseram conservar, cada um para si, uma cidade, uma província ou uma república. Foram os historiadores relativamente modernos que engalanaram estes nacionalismos personalistas através de formosas tradições históricas e criaram nas escolas, à força de palmatória, um patriotismo dos filhos de nativos e outro dos filhos de estrangeiros. Chegaram ao mesmo tempo a uma estranha aberração. Em lugar de prolongarem, em direção ao passado, nosso nacionalismo com trezentos anos de vida heróica, como foi a da colônia e outros mil anos de vida européia, como foi a da Espanha — que os colonos continuaram nestas terras — romperam com tudo que recordava a Espanha e a colônia, dizendo que tudo quanto era anterior a 1810 constituía barbárie pura, ignorância, obscurantismo e outras imbecilidades, para começarem nossa História em data que mal ultrapassou os cem anos. Sábios pensadores insultaram o espanhol e o aborígene. Tiveram razão ao referirem-se aos índios como os dos Pampas que viviam em imundas palhoças; mas erraram com relação à fusão de espanhóis e indígenas nos séculos em que a América se cobriu de cidades, de Universidades, de imprensa, de estradas e de imensas riquezas pastoril, agrícola e mineral. Nos dias que correm, uma aristocracia de dinheiro deve sentir-se muito honrada por descender de conquistadores ou, quando pouco, de famílias da época da independência e, em último caso, de ter avós americanos. Os brasões, proibidos ou ridicularizados em período anterior, foram objeto de busca afanosa na Espanha e, quando não eram encontrados, inventavam-se. O casamento de uma filha com um nobre europeu honra ainda hoje a uma família. Poucos, muito poucos, são os que se orgulham de seu sangue índio. Em alguns bairros de cidades que pouco vêm o sol, os que tiveram pais ou avós camponeses dizem, como na Ar-

gentina, que seus antepassados foram *gaúchos*. Vangloriam-se outros cidadãos de possuir sangue inglês, francês ou norte-americano. A estas coisas tôdas chamam, os devotos, de nacionalismos. Como vemos, há muitas formas de nacionalismos pessoais. Logo, como é natural, registram-se nacionalismos políticos. Na Argentina, os verdadeiros nacionalistas são os que seguem as doutrinas de Esteban Echeverría. Os antinacionalistas — que se creem ultranacionalistas — são os rosistas, continuadores dos sistemas de governo absolutista, estrangeirantes e afrancesados. No resto da América há nacionalistas que baseiam seu nacionalismo no ódio aos Estados Unidos, sem saber porque, ou ainda a alguma nação vizinha. Restam, finalmente, os nacionalistas que confundem nacionalismo com catolicismo ou, mais pròpriamente, com clericalismo. Acontece que êstes fundam seu nacionalismo em um hispanismo que só tem de hispânico a nostalgia da Inquisição.

Tempos houve em que os federalistas de um país julgavam-se os verdadeiros nacionalistas e acusavam de traição aos centralistas ou unitários que, por sua vez, estavam convencidos de que os traidores eram os federalistas. Maçons e clericistas atacavam-se também, recíprocamente, acusando-se de antinacionalistas. As próprias preferências literárias fizeram crer a alguns homens que eram mais nacionalistas do que outros. Românticos, classicistas, naturalistas, etc., encararam-se como estrangeiros em sua terra ou como donos dessa terra. Livre-cambistas e protecionistas consideravam que os destinos de sua pátria estava em suas mãos e que o triunfo do contrário era a vitória do antinacionalismo. Falou-se de estilos arquitetônicos nacionalistas e até de músicas nacionais. As antipatias de classe na Argentina permitiram que certos elementos imaginassem que havia uma música para ricos e outra para pobres e que esta era a folclórica. Ninguém sabe em que momento começa a História de uma nação. Para alguns, com o descobrimento e a conquista de suas terras; para outros, com a independência; para outros, com algum figurão. Há até os que creem sinceramente que a pátria começa com a Revolução Francesa. Eruditos existem que ensinam que a independência começou a gerar-se com alguma rebelião local originada pelos impostos excessivos ou coisas semelhantes, ou então que foi preparada pelas reformas de Carlos III cujas origens se encontram na expulsão dos jesuítas, etc.

Tôdas as explicações que se dão no nacionalismo e das origens da independência não explicam por que o povo americano se lançou numa “revolução” por essa independência. Nenhuma dessas causas, em particular, nem tôdas juntas, em geral, justificam uma “revolução” de tão grandes proporções. A afirmação de que o povo americano chegou, em todo o continente, de modo simultâneo, a produzir uma “revolução” de tão grandes consequên-

cias, tão somente porque já tenha “consciência de si” ou havia atingido u’a “maioridade”, não passa de palavreado. Não é possível identificar-se um indivíduo com um conjunto enorme de milhões de homens entre os quais há quem tenha consciência de si e consciência de nada. Já passou o tempo em que se liam, boquiaberto, livros sôbre a psicologia das multidões. Além do que uma revolução não é um povo que tem consciência de si. Uma revolução é uma organização: chefes, conspiradores, charlatães para o povo, militares, burocratas especializados, técnicos... Se a consciência de si ou a maioria explicassem algo, teriam surgido revoluções pela independência, primeiro em umas partes e depois em outras, porque toda a América não tinha de si, em 1810, exatamente, a mesma consciência. Logo os partidários daquelas idéias, não se aperceberam de que a revolução não foi uma revolução, mas uma guerra civil entre duas formas de govêrno diferentes. Uma revolução contra a Espanha e Fernando VII, supondo-se que não existissem milhares e milhares de documentos que provassem o contrário, seria não somente uma traição infame, mas um fato absurdo, meio impossível. Não se levanta a um só tempo todo um continente, perfeitamente unido, contra a mãe-pátria, nem se põem de acôrdo todos seus chefes improvisados, jurando diante de crucifixos e sôbre os Evangelhos defender a Espanha, falsamente, quando sua intenção oculta fôsse atraçoá-la e converter a América num conjunto de nações independentes. Foi por esta causa que, partindo desta revolução imaginária e tão absurda, se supôs a existência de comunicações misteriosas entre todos os próceres da América, do México ao Chile e à Argentina, bem como que a Maçonaria os unia secretamente através de uma *logia* todo-poderosa que de Londres dirigia os passos daqueles homens, além de outras novelas policiais semelhantes. Que diferença quando sabemos que a América viu-se, de repente, diante do problema de ter que eleger, em cada cidade, uma Junta provisória, como se havia feito na Espanha ou então obedecer ao Conselho, como solicitava Cádiz com instâncias, esta escôlha decidiu-se por meio de uma guerra civil! Vê-se, então, como é fácil compreender como pôde um continente encontrar-se envolvido na guerra civil mais longa e trágica da História. Um comentarista uruguaio afirma que uma guerra civil não tem os ideais de uma revolução e que, portanto, não houve guerra civil na América, posto que houvesse ideais. E’ uma opinião e, ao mesmo tempo, um jôgo de palavras. Em primeiro lugar não sabemos onde há mais ideais. Em segundo lugar, cada grupo, numa guerra civil, tem seus ideais porque, do contrário, não combateria. Em terceiro lugar, as revoluções terminam por produzir uma guerra civil, desde que estão dirigidas contra alguém que, sem dúvida, se defende. Na América, a guer-

ra civil não se produziu por uma revolução, ou seja, o levante de um grupo contra o outro. Os dois grupos levantaram-se ao mesmo tempo e, se alguém se insurgiu primeiro, não foi precisamente o que se apresentou como revolucionário e conseguiu a independência, mas o outro, o que se chamou gôdo, realista, espanhol, etc. O grupo ou partido que chegou à independência foi o das Juntas (logo, liberal) e êste não fez mais que copiar, tranqüilamente, o que se havia feito na Espanha. Já o grupo contrário, o que pretendia impor o domínio ilegal do Conselho de Regência (para defender uma série de empregos e interesses pessoais) foi o que inflamou as cidades e os campos com uma verdadeira revolução que desencadeou, imediatamente, como guerra civil. A História escreve-se com fatos tão reais, por exemplo, como os de umas Juntas e um Conselho que disputam concomitantemente a adesão do povo enquanto dura a prisão do rei e não com frases divinatórias que falam da vontade, dos desejos ocultos, da decisão heróica de “emancipar-se”. Emancipar-se significa, sendo escravo, querer e conseguir a libertação. E’ uma palavra que encerta em si tôda a legenda negra, tudo o que se tem dito de mentira como que os americanos viviam sujeitos, humilhados, recalçados, etc. Quem faz História com palavras deve imaginar que houve palavras suficientes como as que moveram povos inteiros porque, do contrário, nem Deus saberia como se moveriam êsses povos. Recorrem, assim, no ato a outras palavras: os povos tiveram a promessa de ser libertados. Mas, quem fez essa promessa? Quando? Onde? Escutaram-na todos os povos? Por radiotelefonía ou de ouvido em ouvido, nas tavernas e botequins?

O conceito anti-histórico e falso da revolução, defendido ainda por alguns historiadores retrógrados, torna-se ridículo se perdemos tempo em examiná-lo. Ocorre o mesmo com a intervenção do povo. O povo atuou em Buenos Aires, onde existia um partido que, com Alzaga à frente, defendia o sistema das Juntas desde 1808. Sua presença é assinalada, também, em outras partes; mas não onde a independência foi ditada de um balcão ou concedida por um decreto. Nestas partes não é possível falar-se de livre determinação ou auto-determinação. O fato deve-se a que não tiveram partidos próprios com determinadas idéias assim como à chegada de exércitos de fora de suas fronteiras para trazer-lhe estas idéias.

As verdadeiras origens da revolução assinalam-se com Napoleão. O ano e o instante preciso podem ser fixados em 2 de maio de 1808 em que Madrí se levantou contra Bonaparte em defesa de seus direitos, de sua liberdade e de seus reis; mas, verdadeiramente, o problema da independência começou a incubar-se sem que os americanos o adivinhassem, com os primeiros pen-

samentos napoleônicos sobre a América. E' bem certo que a ação de Napoleão não produziu, diretamente, a independência, mas contribuiu de modo indireto; mas um historiador não deve esquecer os acontecimentos circunstantes e circundantes. A chegada do general Leclerc, cunhado de Napoleão, então primeiro cônsul, em São Domingos, para esmagar a Toussaint Louverture, mostra-nos, em miniatura a futura guerra civil do resto do continente pela liberdade, através da independência. Corria o ano de 1803 — um ano antes de que Napoleão se fizesse coroar imperador. Três séculos antes do desembarque de Leclerc haviam chegado a Haití os primeiros escravos negros. São Domingos ou Haití foi a única terra da América onde os princípios dos direitos humanos divulgados pela Revolução Francesa tiveram eco terrível e indiscutível. Isto se deveu a seu contacto com a França. A escravidão, abolida em São Domingos a 29 de agosto de 1793, encontrou a resistência de alguns colonos. Louverture começou a destacar-se como general francês no ano seguinte e combateu, com talento e êxito, contra franceses e espanhóis. Em agosto de 1801 lançou uma Constituição que dava à ilha uma autonomia bem próxima da independência. Aqui temos, em 1801, o primeiro intento, sério e indiscutível, de um país americano que queria ser independente. Foi então que o primeiro cônsul Napoleão enviou seu cunhado à ilha e começaram as terríveis lutas pela independência. Louverture, negro extraordinário, teve que render-se e morreu num calabouço de Joux, no Jura, a 27 de abril de 1803. Foi o primeiro homem que combateu pela independência de uma parte da América, da ilha mais amada por Colombo, onde se levantou o primeiro estabelecimento europeu: o forte de Natividad. Leclerc restabeleceu a escravidão e a guerra pela liberdade humana continuou com João Jacob Dessalines e, mais tarde, com Alexandre Petión. A luta foi espantosa, incrível, própria antes de novelas fantásticas do que de livros de História. Um dramaturgo transpôs um episódio para o palco. Alguns novelistas escreveram páginas inferiores à verdade. Os estudiosos de assuntos americanos encaram-na com desdém. Coisas de negros. Coisas de semideuses, em que o desespero e a loucura, na ânsia de viver livres, alcançaram limites infinitamente superiores às mais inverossímeis tragédias gregas. Quem vai reconhecer que um negro foi o primeiro campeão indiscutível da liberdade e da independência na América e que, antes que qualquer outro povo começasse a lutar por sua independência, os negros de Haití a iniciaram? Um monumento a Louverture, Dessalines e Petión deveria levantar-se em tôdas as capitais americanas, celebrando-se ainda o Congresso de Tucumán que proclamou a independência da América do Sul em 1816. Os negros de Haití expulsaram os franceses da ilha a 29 de novem-

bro de 1803. A independência foi proclamada por Dessalines e 1.º de janeiro de 1804. Foi o Haiti a segunda nação, livre e independente, que nasceu na América depois dos Estados Unidos. Foi, entretanto, a primeira nação americana em que foi abolida a escravidão. Estes fatos sabem-no de cór tôdas as crianças das escolas de Haiti; mas ignoram-no ou silenciam-no os sábios historiadores do continente. Por que não o referem em seus manuais ou em seus textos aborrecidos e insuportáveis? Haiti não era um país insignificante: tinha uns 400.000 habitantes. Não carecia de importância estratégica em meio do Mar dos Caraibas. Havia vencido as tropas de Napoleão e rechassado os espanhóis. Era um país livre. Napoleão com sua terrível derrota em Haiti perdeu as esperanças de criar um império e manter amplo domínio nas orlas do Mississipi. Vendeu a imensa Luisiânia aos Estados Unidos pela soma miserável de dezoito milhões de dólares. Miranda, em 1805, refugiou-se em Haiti. O mesmo fêz Bolívar em 1815 e 1816 e o presidente Petión colaborou na luta pela independência americana auxiliando ao Libertador com armas, dinheiro, barcos, provisões e homens. Por que não fazem referência a estas coisas os manuais que ensinam História às crianças americanas? Falaremos claro: devido aos nacionalismos estreitos, egoistas, alimentados em embustes e falsidades, e para não reconhecerem que foram uns negros os primeiros homens, na América espanhola, depois dos Estados Unidos, que criaram uma nação livre e independente no Novo Mundo. A república de Haiti não influiu, com seu exemplo, na independência que, anos depois, acabou por declarar-se na América do Sul. Haiti permaneceu só e independente. Seu exemplo não entusiasmou aos hispano-americanos porque nenhum dêles pensava na independência. Ninguém pensava nela porque dela não necessitava. Já temos repetido, cada vez que se tornou necessário, que ela nasceu nas origens da guerra civil que desencadeou na América entre os partidários das Juntas e os do Conselho da Regência, quando Fernando VII, de volta de seu cativeiro, se negou a reconhecer um regime liberal e uma Constituição para as diversas regiões da América que haviam baseado seu autogoverno nos direitos naturais do homem e negavam o direito divino dos reis e o absolutismo.

A revisão da História americana deve penetrar também nos problemas religiosos. Faz falta uma história dos heterodoxos americanos. E' preciso que se diga como surgiram as primeiras diferenças entre o poder civil e o poder eclesiástico devido à falta de comunicações entre a América e a metrópole quando a Espanha foi ocupada pelas fôrças francesas. E' necessário ressaltar as lutas anticlericais, começadas em 1827, por Francisco Morazán, na América Central. Urge que se estude o povo em suas verdadeiras con-

dições sociais bem como os milionários como Alzaga, em Buenos Aires, e Juan Bautista de Trisarri, na América Central, com seus negócios na Europa, Estados Unidos e América do Sul que demonstram a falsidade das teorias que abordam as proibições comerciais. E' preciso que se destaque a ação dos partidos políticos na América espanhola, antes e pouco depois de 1810, ação essa completamente olvidada pelos historiadores, para que se comprove como coincide com a dos partidos políticos da Espanha, através de uma infinidade de fatos e propósitos. E' indispensável que se estude o liberalismo dos séculos XVI e XVII e o autoritarismo do século XVIII. Cumpre ainda que se estudem os ideais políticos da colônia para que se compreenda que não tiveram a menor vocação emancipadora, nem aparece nela o mais insignificante problema econômico que permita pensar em independência política. O caráter econômico das guerras americanas é uma fábula que só a repetem hoje os ignorantes. E' preciso que se demonstre que o comércio americano contava com muito poucos mercados espanhóis e inúmeros mercados europeus. E' preciso que se esquadrihe a política internacional que contemplou a situação americana para que se compreenda quão grandes foram os esforços da Grã-Bretanha, a partir de 1810, para que nenhuma região do Novo Mundo, e especialmente o Rio da Prata, alcançasse sua independência. E' preciso que se estude as verdadeiras causas de muitas guerras do século XIX, as glórias de certos homens e as traições de outros. E' preciso que se determine como uma história de famílias e conveniências políticas fabricou heróis e levantou estátuas. O revisionismo da História americana eliminará ódios e mostrará verdades. Muitas obras antigas cederão seu lugar a obras modernas. Muitos ensinamentos terão que ser retificados fundamentalmente; mas o velho patriotismo, geralmente falso, será substituído por um patriotismo inspirado nos mais nobres sentimentos da alma humana e no ideal de Liberdade.

ENRIQUE DE GANDÍA